

Apresentação

Presentation

O ano de 2010 marca o bicentenário da deflagração dos movimentos pela independência na América espanhola. Um observador menos atento poderia dizer “na América Latina”, para aí incluir também o Brasil. Temos, porém, bons argumentos para dizer que o Brasil é um caso à parte, inclusive no que respeita ao seu processo de emancipação política. A propósito, para aqueles que compartilham da ideia de que a deflagração do processo de independência no Brasil pode ser datada de 1808, com a vinda da família real, as comemorações da independência no Brasil começaram efetivamente há dois anos. E com qual alarde! Esse “acontecimento histórico” foi não apenas ensejo de um sem número de atividades acadêmicas, de congressos e publicações, mas também ocupou grande espaço na mídia e na agenda de governo, ministerial e diplomática. Quem não concorda que espere por 2022!

Esse furor comemorativo não é novo, data pelo menos da década de 1980, quando a história-disciplina foi sensivelmente tocada com essa mudança de perspectiva, da história à memória. A celebração atual de acontecimentos “históricos” seminais no sentido da construção (o uso, a manipulação, o abuso) da memória sempre existiu; porém, a maneira como é feita em nossos dias, começou a ser praticada e teorizada a partir da década de 1980 pela historiografia francesa da geração do bicentenário da revolução. Para uma historiografia fortemente conservadora, muito incensada pelos historiadores brasileiros até hoje, importa menos a história (que é experiência vivida, mudança, transformação) do que a comemoração (que é memória, representação, reiteração seletiva, preservação). De modo que essa perspectiva fez-se conveniente tanto para os *policy makers* (vide o afã com que os agentes de Estado assumem entusiasticamente a celebração das efemérides) como para a grande mídia, que incorporou as efemérides em seu calendário – basta lembrarmos como a mídia e os governos apropriaram-se de 1808. Outro fator para o estardalhaço comemorativo é o contexto histórico em que vivemos, marcado pela mercantilização de todas as esferas e

relações humanas, tornando a própria história mais uma mercadoria nas prateleiras ao acesso do grande público. As efemérides, e o que se veicula em torno delas, constituem consciências.

De modo que, nos próximos quinze anos, haverá muita comemoração aqui e acolá pela América Latina adentro e afora (posto que na Europa e nos Estados Unidos essas datas redondas também não passam em branco). E se devêssemos apontar pelo menos um aspecto positivo das efemérides diríamos que, junto com toda publicidade e uso político, elas acabam fomentando a boa reflexão acadêmica. A produção deste dossiê temático da *Revista Estudos Ibero-Americanos* caminha neste sentido, de acrescentar uma contribuição ao debate dos processos de independência na América Latina.

O assunto é vastíssimo e por certo que estes Organizadores não tiveram qualquer pretensão de “esgotar” o tema. Mesmo que optássemos por um recorte mais específico – por exemplo, regional –, lacunas sempre permanecerão. Por isso, definimos nossa estratégia de constituir este dossiê a partir de uma perspectiva continental, *cara especialmente à historiografia brasileira, ainda carente de produção* significativa e em chave comparada do processo brasileiro com o do mundo hispano-americano.

Neste dossiê “comemorativo”, motivado por uma efeméride, chama a atenção que nenhum dos ensaios reunidos tenha foco na questão da memória, mas sim da História – propriamente dita. Abre-se o volume com uma análise “ao telescópio”, em perspectiva comparada, das revoluções de Independência da América Latina, por Stefan Rinke e Frederik Schulze (Universidade Livre de Berlim). Os sucessos na Grã Colômbia são abordados por Marixa Lasso (Case Western Reserve University, EUA), a partir das questões racial e nacional. Christon Archer (Universidade de Calgary, Canadá) discute a questão das forças armadas no cenário mexicano. A região platina é contemplada em dois artigos, que depositam muita ênfase na participação popular nos movimentos de independência, escritos por Raúl O. Fradkin (Universidad Nacional de Luján e da Universidad de Buenos Aires) e Gabriel Di Meglio (Universidad de Buenos Aires-Conicet). Justo Cuño Bonito (Universidad Pablo de Olavide, Espanha) aborda aspectos do processo político em Cartagena de las Índias, a partir do julgamento de Don Governador Gabriel Torres de Velasco. Por fim, dois aspectos do caso brasileiro são oferecidos nos artigos de Luiz Geraldo Silva (UFPR), em co-autoria com João Paulo Pimenta (USP), e Valdei Lopes Araújo (UFOP). Os Organizadores assinam um balanço deste conjunto no final do volume,

que traz ainda resenha da coletânea organizada por Ivana Frassetto e Andréa Slemian, *De las independencias iberoamericanas a los estados nacionales (1810-1850)*, assinada por Alex Jacques da Costa.

Há um universo de temas relativos aos processos de independência na América Latina a serem pesquisados e debatidos e, por certo, não caberiam todos eles em um único volume. Temos aí, contudo, mais umas duas décadas para comemorar deste modo, publicando e discutindo material de ponta da historiografia. Outros dossiês temáticos virão.

Os Organizadores,

Hendrik Kraay

Departamento de História
Universidade de Calgary

Jurandir Malerba

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul